



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JIJOCA DE JERICOACOARA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2021

O MUNICÍPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA, ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DO ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SR. TONY THIAGO SOUZA FERREIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, E:

CONSIDERANDO que a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, constitui a legislação básica sobre licitações para a Administração Pública, em observância o que determina a Constituição Federal, art. 37, inciso XXI; e que o processo ora em comento necessita de ratificação conforme determina o Estatuto de Licitações no artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO as descrições detalhada de todas as circunstâncias fáticas que ensejam a contratação;

CONSIDERANDO a necessidade de oferecer suporte e apoio aos Estudantes Universitários do Município;

CONSIDERANDO a Dispensa de Licitação, consoante o disposto no artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

CONSIDERANDO os termos do Processo Administrativo nº 001/2021 - Dispensa de Licitação nº 001/2021;

CONSIDERANDO autorização legal quanto ao orçamento - impacto orçamentário - financeiro, foi considerado no presente exercício, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17 da lei complementar nº. 101/00;

CONSIDERANDO as justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos juntados ao processo para **LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE SOBRAL PARA SERVIR DE PONTO DE APOIO AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE JIJOCA DE JERICOACOARA, JUNTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTES MUNICÍPIO.**

CONSIDERANDO que o administrador está obrigado a motivar seu ato previamente, tudo em regular e formal procedimento de dispensa de licitação, consoante prescreve o art. 26 da Lei n. 8.666, de 1993.

CONSIDERANDO os princípios norteadores da Administração Pública e os do Direito Administrativo que são condicionadores deste.

CONSIDERANDO, portanto, a própria conveniência pública,

1. **RATIFICO** todos os atos até aqui realizados pelos setores da Administração, com base no artigo 25, I, da Lei nº 8.666/93 e no parecer jurídico emitido, para contratação do imóvel, pessoa física, de propriedade da Sra. Vilani Alves Moura, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº 427.371.333-00 com sede na Rua Lindolfo Souza Albuquerque, Nº 79, Pedrinhas, Sobral/CE, visando a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA CIDADE DE SOBRAL PARA SERVIR DE PONTO DE APOIO AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DE JIJOCA DE JERICOACOARA, JUNTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DESTES MUNICÍPIO** no valor de R\$ 26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais com recursos próprios, a partir da assinatura do contrato, podendo inclusive ser revogado ou anulado a qualquer momento, sem direito a qualquer tipo de indenização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
JIJOCA DE JERICOACOARA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



2. **DETERMINO** a publicação do extrato da justificativa em ratificação, no prazo da Lei, para que possa surtir seus reais efeitos externos.
3. Depois de cumprida a determinação, seja providenciando chamamento do interessado para retirar instrumento contratual, de tudo observando-se o objeto contratado, como portador que dos dados e elementos fundamentais, inclusive da preservação do preço e forma de pagamento nos termos da proposta apresentada, passando a integrar no todo este termo, com vista à possibilidade do atendimento do pedido, no menor espaço de tempo possível, determinando, ainda, o acompanhamento da entrega, juntando-se aos autos os documentos de liquidações, evitando, assim, desvios de condutas ou mesmo solução de continuidade das atividades de ordem administrativas.
4. Esclareço que, após formalização da autorização de entrega ou termo contratual, deve ser providenciado extrato para sua publicação, conforme dispõe o *art. 61*, sem descuidar-se das obrigações previstas pelo *art. 16*, ambos da Lei nº. 8.666/93, de tudo, acostando-se ao processo cópias comprobatórias.

Jijoca de Jericoacoara, 22 de dezembro de 2020.

TONY THIAGO SOUZA FERREIRA
ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO